



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0001393-57.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Cheque**  
 Requerente: **Adauto Comércio de Material Eletrico Ltda Epp**  
 Requerido: **Megasystem Telecom Ltda Me**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

**Adauto Comércio de Material Eletrico Ltda Epp**, qualificado na inicial, ajuizou ação de **Procedimento Sumário - Cheque** em face de **Megasystem Telecom Ltda Me**, também qualificado, alegando ser credora da quantia de R\$ 973,49 extraída de três cheques emitidos pela requerida, os quais foram devolvidos sem provisão de fundos, à vista do que requereu a condenação da ré ao pagamento do valor atualizado da dívida R\$ 1.419,71, com os acréscimos legais e com os encargos da sucumbência.

Devidamente citado, o réu não apresentou contestação.  
 É o relatório.

DECIDO.

No mérito, conforme o art. 344, do Código de Processo Civil, não oferecida resposta, presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial.

Assim a mora da ré.

No mais, os cheques acostados a fls. 14/16 dão conta a permitir a este Juízo o acolhimento da demanda.

Fica, pois, a ré condenada ao pagamento da importância de R\$ 1.419,71 (um mil quatrocentos e dezenove e setenta e um centavos) que deve ser acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data do ajuizamento da ação.

A ré sucumbe e deve também arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO a ré **Megasystem Telecom Ltda Me** a pagar ao autor **Adauto Comércio de Material Eletrico Ltda Epp**, a importância de R\$ 1.419,71 (um mil quatrocentos e dezenove e setenta e um centavos), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data do ajuizamento da ação, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 14 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**